



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

## **NORMA REVOGADA**

# **ATO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO TRT5-SAÚDE Nº 004 DE OUTUBRO DE 2019**

**Altera os artigos 32 e 34 do Capítulo I do Título II; artigos 42 e 44 do Capítulo IV do Título II do ATO TRT5 nº 0048, de 4 de janeiro de 2015, que regulamenta os beneficiários do plano e o seu desligamento do TRT5-Saúde.**

**O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROGRAMA DO TRT5-SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 50 do Regulamento do Programa de Autogestão em Saúde no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, considerando o quanto decidido na reunião realizada no dia 19 de abril de 2018, **RESOLVE**:

**Art. 1º** incluir o § 4º e a alínea “a” no artigo 32 do Capítulo I do Título II, que passarão a vigor com a seguinte redação:

## **TÍTULO II**

### **CAPÍTULO I**

Art. 32º

§ 4º – Ocorrerá a suspensão do plano no prazo de 60 (sessenta) dias e a rescisão com 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, contados da inexistência de pagamento nos últimos (12) doze meses de vigência, desde que o beneficiário seja comprovadamente cientificado, mediante meios eletrônicos cadastrados junto ao SAPS, e-mail ou WhatsApp, ou qualquer outro idôneo, até o quinquagésimo dia da inadimplência.

a) no caso de fraude, a rescisão ocorrerá de imediato.

Firmado por assinatura digital em 15/01/2020 12:46 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por THELMA RAMOS FERNANDES. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120011502239507117.

Firmado por assinatura digital em 25/10/2019 15:07 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por ANTONIO CEZAR DOS SANTOS FERNANDES. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10119102502218458074.

Firmado por assinatura digital em 24/10/2019 09:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DÉBORA MARIA LIMA MACHADO. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10119102402217690130.



Art. 2º  
alterar a  
redação  
do inciso  
III e

inserir o inciso VI no artigo 34 do Capítulo I do Título II, que passarão a vigor com a seguinte redação:



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região



## TÍTULO II

### CAPÍTULO I

Art. 34º

III - Filhos maiores do titular falecido até a data que completarem 35 (trinta e cinco) anos, se eram beneficiários no plano TRT5-SAÚDE e desde que vinculados a um beneficiário de pensão, caso instituída, de acordo art. 44 deste Regulamento.

VI – Dependentes de titulares estabelecidos pelo artigo 32 deste Regulamento, desde que inscritos no Órgão de origem nos respectivos planos de saúde até abril de 2013 e que não se enquadrem na previsão deste Regulamento.

**Art. 3º** acrescer os §§ 1º, 2º e 3º e a alínea “a” no artigo 42 do Capítulo IV do Título II, que passarão a vigor com a seguinte redação:

## TÍTULO II

### CAPÍTULO IV

Art. 42º

§ 1º - Salvo na hipótese prevista no inciso X do artigo 41 deste Regulamento, o desligamento do beneficiário titular e de seus respectivos dependentes se dará na data em que ocorrer o fato que o originou.

§ 2º - Nas hipóteses previstas nos incisos V e VI do artigo 41 deste Regulamento, assim como os servidores cedidos, aqueles removidos e destituídos de cargo em comissão, poderão requerer a sua permanência e de seus dependentes no TRT5-Saúde.

a) O período de manutenção da condição de beneficiário a que se refere o § 2º será de um terço (1/3) do período de permanência, com um mínimo assegurado de (06) seis e máximo de (24) vinte e quatro meses.

§ 3º – Na hipótese prevista no inciso IV do artigo 41, o servidor afastado poderá

Firmado por assinatura digital em 15/01/2020 12:46 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por THELMA RAMOS FERNANDES. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120011502239507117.  
Firmado por assinatura digital em 25/10/2019 15:07 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por ANTONIO CEZAR DOS SANTOS FERNANDES. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10119102502218458074.  
Firmado por assinatura digital em 24/10/2019 09:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DÉBORA MARIA LIMA MACHADO. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10119102402217690130.



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região**

solicitar sua permanência no TRT5 Saúde pelo período correspondente ao seu afastamento.

§ 4º – Os dependentes que não se enquadrem no inciso II do art.44 permanecerão no Plano pelo período de até vinte e quatro (24) meses e seguirão a regra do § 2º deste artigo.

a) nos casos previstos nos §§ 2º,3º e 4º deste artigo, o pagamento será realizado conforme procedimentos previstos nos § 1º e 3º do artigo 32.

Art. 44º

§ 2º - O período previsto no artigo 42, alínea “a”, se aplica ao pensionista que perder essa condição antes de completar o referido prazo, contado a partir do óbito do titular instituidor.

a) O pagamento será realizado conforme procedimentos previstos nos §§ 1ª e 3º do artigo 32.

Publique-se. Cumpra-se.

Salvador, 24 de outubro de 2019.

**DÉBORA MARIA LIMA MACHADO**  
Desembargadora Presidente do Conselho Deliberativo do Programa TRT5-Saúde

*Disponibilizado no DJ Eletrônico do TRT da 5ª Região em 24.10.2019, páginas 31-32, com publicação prevista para o 1º dia útil subsequente, nos termos da Lei 11.419/2006 e RA TRT5 0033/2007.*

*Antônio Fernandes, Chefe da Seção de Jurisprudência e Legislação – TRT5*

*Revogada pelo Ato Deliberativo nº 0005/2019, disponibilizada no DJe TRT5 em 19.12.2019, página 5.*

*Thelma Fernandes, Analista Judiciário-Núcleo de*

Firmado por assinatura digital em 15/01/2020 12:46 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por THELMA RAMOS FERNANDES. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10120011502239507117.

Firmado por assinatura digital em 25/10/2019 15:07 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por ANTONIO CEZAR DOS SANTOS FERNANDES. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10119102502218458074.

Firmado por assinatura digital em 24/10/2019 09:32 pelo sistema AssineJus da Justiça do Trabalho, conforme MP 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira. Assinado por DÉBORA MARIA LIMA MACHADO. Confira a autenticidade deste documento em <http://www.trt5.jus.br/default.asp?pagina=autenticidadeDoc> Identificador de autenticação: 10119102402217690130.